

Espaço e Cadeias Produtivas Solidárias. O Caso da Reciclagem

Resumo:

Nas últimas décadas o protagonismo coletivo de catadores (coletores de material reciclado) apresenta uma nova forma de organização do espaço urbano com a constituição de empreendimentos e cadeias produtivas solidárias. Por meio da cooperação econômica e organização autogestionária a “*vida dos lixões*” foi sendo superada e transformada. A busca da emancipação implica na redefinição das formas organizativas, da ocupação do espaço e da identidade dos sujeitos. Os dados obtidos no Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES) permitem uma primeira aproximação para a identificação das atividades de coleta e reciclagem de materiais/sucatas metálicas e não metálicas organizadas por empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Os dados apontam para a constituição uma configuração do espaço urbano que necessita incorporar um novo sujeito coletivo (o protagonismo solidário dos catadores) os quais, com limites e contradições procuram contrapor-se a lógica excludente ainda predominante.

Espaço e Cadeias Produtivas Solidárias. O Caso da Reciclagem

Prof. Valmor Schiochet^(*)
Acad. Mairon Edegar Brandes^(**)

Introdução

O espaço é uma articulação de espacialidades que expressa a dimensão material das relações sociais. Concretamente o espaço é a dimensão material das relações sociais, de seus conflitos e contradições (Lipietz, 1988). A crise da acumulação capitalista do último quartel do século passado aprofundou as características excludentes (desemprego, precarização, empobrecimento) da lógica do capital. Pobres impedidos de tornarem-se trabalhadores assalariados produziram e reproduziram outras lógicas de sobrevivência.

Uma delas com larga dimensão no Brasil foi a catação de material reciclado. Inicialmente moradores dos lixões passaram a ocupar as ruas (carrinheiros) para coleta de material reciclado. Desorganizados trabalhavam de forma individualizada ou familiar em condições altamente insalubres. Condições que não impediram sua constituição enquanto sujeitos sociais e políticos com a criação do Movimento Nacional dos Catadores(as) de Material Reciclado. Como alternativa para superar a subordinação aos “atravessadores” passaram a se apropriar, para além da coleta, dos diversos processos que envolvem o tratamento do material reciclado (separação, classificação, reciclagem, industrialização, comercialização, reutilização).

Para viabilizar organizativamente a apropriação coletiva da atividade econômica da reciclagem os catadores organizaram-se em associações ou cooperativas. A organização associativa também foi a estratégia adotada por outros trabalhadores pobres, desempregados ou em risco de desemprego. Empresas falidas foram recuperadas, terras ocupadas tornarem-se produtivas. Reciclar, dar valor de uso (e de troca) ao que foi tornado improdutivo na lógica do capital é o que permite uma nova e complexa inserção no mundo do trabalho. Movimento que foi caracterizado sob a expressão “economia solidária”. A economia solidária é uma relação socioeconômica não capitalista. Nela ocorre a apropriação coletiva (não separação capital-trabalho) dos meios e condições de produção, ajuda-mútua e a autogestão. A economia solidária não é somente uma estratégia de organização econômica. Sua emergência está associada a própria dinâmica de mobilização da sociedade civil pela democratização, luta por direitos e busca da emancipação.

Desta forma a economia solidária pretende ampliar a democracia política incorporando seus princípios no interior das organizações econômicas. Sendo uma forma de organização inseridas na totalidade social ainda dominada pelo seu contrário estabelece

com a ordem capitalista contraditórias relações de subordinação e negação. A subordinação ocorre indiretamente pelas relações de comercialização do material reciclado (mais ou menos processado) para a indústria capitalista. A negação ocorre com a expansão do domínio das diversas atividades produtivas de coleta e reciclagem e a constituição de cadeias produtivas solidárias (articulação das diversas atividades organizadas por associações ou cooperativas).

Este texto pretende apenas contextualizar este movimento e dimensionar a organização solidária dos catadores e da atividade de reciclagem. Para tanto, apresenta uma breve reflexão sobre a economia solidária desenvolvendo a hipótese de que se trata de um fenômeno recente, ainda não plenamente conhecido e reconhecido. As principais interpretações sobre ele já indicam sua relevância teórica e histórica. Para o caso brasileiro sugere que a economia solidária é expressão tanto do processo de democratização de base proporcionado pela emergência da sociedade civil quanto da crise da acumulação capitalista.

O dimensionamento da participação das atividades econômicas de coleta e reciclagem na economia solidária será feita a partir da base de dados do Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES). Serão apresentados alguns dados gerais sobre as características destes empreendimentos e sua distribuição regional para demonstrar que trata-se de um fenômeno em expansão e com forte potencialidade para organizar a cadeia produtiva articulada com processos de desenvolvimento local.

Economia Solidária e Cadeias Produtivas

A Economia Solidária é um conceito recente utilizado para dar identidade teórica e política às atividades econômicas que são desenvolvidas de forma coletiva, solidária e autogestionária. Algumas vertentes teóricas têm predominado na interpretação deste fenômeno. Destaco três delas. A primeira define a economia solidária tendo como referência a experiência cooperativista internacional originária da organização dos trabalhadores no enfrentamento à lógica capitalista de acumulação. (Singer, 2002) A experiência originária é a Cooperativa de Rochdale que a partir de uma cooperativa de consumo construiu um conjunto de organizações econômicas e sociais envolvendo produção, crédito, comercialização, consumo, habitação e a educação. Nesta perspectiva a economia solidária aparece como uma reatualização histórica dos princípios do cooperativismo (reconhecidos pela Aliança Cooperativa Internacional) confrontando-se as grandes organizações cooperativas que se organizam sob bases capitalistas e praticam a heterogestão.

A segunda vertente define a economia solidária a partir da chamada economia popular ou economia dos setores populares. (Tiriba, 2001) Diante da impossibilidade de

incorporação dos pobres no mercado de trabalho tipicamente capitalista estes organizam sua sobrevivência por meio de estratégias que pressupõem formas de colaboração mútua e partilha de recursos materiais e humanos sem a mediação monetária. Situação onde os processos econômicos permanecem imbricados nas formas de organização mais geral da vida social (família, comunidade, religião, etc). A economia popular torna-se, igualmente, solidária quando tais estratégias revestem-se de formas coletivas e cooperativas mais definidas e assumem maior autonomia enquanto atividade econômica.

Uma terceira vertente, de caráter mais teórico, parte do pressuposto da impossibilidade de unicidade da ordem econômica (França Filho e Laville, 2004). Não há possibilidade de homogeneização da racionalidade econômica. Historicamente, a economia compartilha racionalidades diversas, mesmo reconhecendo o predomínio ou hegemonia de uma delas. A economia é plural e a ordem competitiva e excludente não impossibilita a permanência ou surgimento de processos econômicos sustentados em outras bases, como é o caso da solidariedade e cooperação.

Tais vertentes também constituem espaço próprio do debate sobre os significados e perspectivas da economia solidária e sua contraditória relação com a economia mercantil capitalista. O fato é que a economia solidária é um fenômeno recente cujas razões de seu surgimento e de sua expansão estão por serem ainda analisadas de maneira mais adequada.

No caso brasileiro, apresento a hipótese de que ela foi resultado histórico da forma como a “questão social” se apresentou a partir da década de 1980. Isto é, da contradição entre a trajetória dos movimentos sociais, o reconhecimento de sua importância na constituição de uma sociedade civil ativa e na institucionalização de esferas e políticas públicas (construção democrática de base) e, por outro lado, a incapacidade de construção de uma ordem econômica capaz de assegurar de forma substantiva a cidadania ampliada requerida pelo processo de democratização. Ao lado dos avanços democráticos foi emergindo uma profunda crise social que afetou dramaticamente o mundo do trabalho (os trabalhadores) e a situação social e econômica dos setores populares (exclusão social).

Neste contexto, a economia solidária surge, no âmbito da sociedade civil, como uma nova maneira de enfrentar a crise por meio da articulação entre os princípios políticos (voltados para a cidadania) e os princípios organizativos econômicos (voltados para os processos produtivos e distributivos de bens e serviços). As exigências “econômicas” da economia solidária reforçaram os princípios políticos dos movimentos e organizações da sociedade civil (autonomia e autogestão, por exemplo) e, por sua vez, houve uma crescente “politização” da economia solidária na perspectiva de sua incorporação na agenda do Estado (políticas públicas) e na sua visibilidade pública como uma nova questão para a esfera pública.

A economia solidária é parte do processo histórico de ampla mobilização da sociedade em torno do movimento e lutas sociais que emergiram com força a partir do final da década de 70 do século passado. Embora não dispondo de estudos empíricos mais substantivos sobre o tema é possível apontar alguns elementos preliminares que poderão servir como pistas para o estabelecimento desta relação histórica e teórica.

Os movimentos sociais correspondem ao conjunto de ações e lutas coletivas nas quais as pessoas, a partir das posições sociais que ocupam se apresentam como sujeitos ao explicitar as situações, relações e estruturas sociais (nas quais vivem) como questões geradoras de conflito e mobilização que exigem alguma transformação. A promoção de processos participativos mais horizontais e de atuação direta bem como o reconhecimento da heterogeneidade e pluralidade de conflitos, condutas, demandas e situações sociais colocou os movimentos sociais no centro do debate sobre as possibilidades transformadoras da democracia. Os movimentos sociais possibilitaram que diversas situações de carência passassem a serem reconhecidas como situações e questões de direitos (Nunes, 1989). Pelos movimentos sociais se ampliou o espaço de participação e luta política e se avançou no reconhecimento da cidadania ativa (Benevides, 1994). No entanto, é preciso reconhecer que o tema dos impactos e limites dos movimentos sociais no processo de democratização e na efetivação de transformações necessárias para concretização de suas agendas e bandeiras de luta é ainda uma questão em aberto. Mas é inegável que os movimentos sociais representaram uma trajetória histórica de muitos avanços, na sociedade brasileira, na conquista de direitos.

Num momento de ampla desconfiança em relação a potencialidade dos movimentos sociais frente ao contexto de crise e contradições sociais e econômicas para o avanço e radicalização da democracia (própria de sua agenda) emerge com relativa força a economia solidária como uma proposta de experimentação da democracia na organização econômica da produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços.

Economia Solidária, como definido acima, corresponde as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Suas características são enfatizadas por Singer (2003 p. 116) ao afirmar que as organizações econômicas solidárias possuem duas especificidades: *“a) estimulam a solidariedade entre os membros através da prática da autogestão e, b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com especial ênfase na ajuda aos menos favorecidos”*.

O princípio da Economia Solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica.

No Brasil, a Economia Solidária ressurgiu na década 80 do século passado como uma resposta dos/as trabalhadores/as à crise social provocada pela estagnação econômica e a reorganização do processo de acumulação capitalista.

Trabalhadores desempregados ocuparam fábricas fechadas e ativaram sua produção por meio da sua organização coletiva e autogestionária; agricultores familiares e assentados da reforma agrária organizaram cooperativas de crédito, de produção e de serviços para se contrapor a subordinação à agroindústria capitalista; comunidades urbanas e rurais organizaram coletivamente grupos de produção, compras coletivas e fundos solidários e rotativos de crédito; populações de catadores de lixo (nos lixões e nas cidades) organizaram sua atividade de coleta e reciclagem por meio de associações e cooperativas. O reconhecimento da economia solidária decorre da diversidade de atividades e formas de organização e de sua crescente articulação em sistemas cooperativos, redes de produção e comercialização, complexos cooperativos e cadeias produtivas.

Neste sentido, a economia solidária pode ser caracterizada como uma resposta democrática dos movimentos sociais para uma “nova questão social” assentada no acirramento do conflito e das contradições existentes entre as conquistas democráticas ou avanços na institucionalização de direitos e a crescente impossibilidade de sua concretização em função do desemprego estrutural e da exclusão social decorrentes do modelo econômico (Singer, 2002).

Nos movimentos populares urbanos também surgiram muitas experiências associativas e cooperativas. Um dos principais exemplos é o Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCMR) que surgiu no final da década de 90¹. O MNCMR promove a organização autogestionária dos catadores e catadoras de material reciclável sob forma de cooperativas e associações. Uma das experiências cooperativas mais conhecidas é a de Belo Horizonte com mais de 15 anos de existência (a ASMARE) que teve seu início com a atuação da Pastoral da Criança junto aos lixões. O MNCMR faz parte do Fórum Lixo e Cidadania que é um amplo Fórum que congrega entidades governamentais e organizações e movimentos sociais.

Do ponto de vista político os desafios da economia solidária dizem respeito a sua relação com os movimentos sociais e sua capacidade de constituir-se enquanto sujeito coletivo organizado. Do ponto de vista econômico os desafios referem-se à sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários e em sua capacidade de gerar renda e qualidade de vida para os/as associados/as.

Há duas respostas complementares a este desafio. A primeira é dada pela crescente incorporação da economia solidária na agenda dos planos e programas governamentais. Além da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e de um conjunto de programas de apoio à economia solidária nos vários ministérios do Governo Federal há uma

extensa rede de gestores de políticas públicas de economia solidária envolvendo governos municipais e estaduais.²

A segunda delas é a articulação dos empreendimentos econômicos solidários em redes e cadeias produtivas solidárias e sua participação na configuração de territorialidades promotoras de desenvolvimento local.

Cadeia produtiva pode ser definida como uma rede de inter-relações entre várias atividades de um sistema produtivo, identificada por fluxos de bens e serviços que ocorrem desde a produção e fornecimento da matéria-prima até o consumo final. Uma cadeia produtiva é solidária quando ela é controlada por um empreendimento econômico solidário (apropriação verticalizada) ou por vários empreendimentos econômicos solidários (apropriação horizontalizada). O objetivo de uma cadeia produtiva solidária é a apropriação coletiva dos excedentes. Quando um empreendimento econômico solidário controla apenas parte da cadeia produtiva fica subordinado à lógica definida heteronomamente pelo controlador da cadeia, seja na condição de fornecedor, atravessador ou transformador.

Parreiras (2007) em seu estudo sobre a participação de produtores organizados coletivamente em cooperativas e associações participantes das cadeias produtivas do caju, da mandioca e do mel identificou três características desta relação. A primeira é a posição subalterna e subordinada dos produtores na cadeia. Subalterna porque inferiorizada na apropriação dos resultados econômicos e subordinada porque dependentes de determinações heterônomas de espaços com maior capacidade financeira e decisória. A segunda é a fragilidade da capacidade de produção e baixos níveis de produtividade e a terceira é a desarticulação dos elos que constituem e garantem os fluxos de cada cadeia. Tais constatações corroboram uma das principais críticas à economia solidária que diz respeito justamente ao seu caráter subordinado e dependente. A reconstrução de cadeias e redes produtivas solidárias (Mance, 2003) ou sua apropriação por empreendimentos solidários é uma estratégia, não planejada centralmente, para o enfrentamento destas dificuldades.

Uma rede ou cadeia produtiva solidária somente é possível na medida em que existem elos a serem articulados e geradores de fluxos. Para a economia solidária tais elos estão nas unidades base que são os empreendimentos econômicos solidários.³

A Economia Solidária no SIES

O Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária (SIES) é a única base de dados nacional a partir da qual será possível dimensionar, caracterizar e localizar espacialmente os empreendimentos existentes no País. Trata-se de uma base representativa construída por meio de um mapeamento nacional realizado pela Secretaria

Nacional de Economia Solidária e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária entre os anos de 2003 e 2007.

O SIES⁴ é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários, das entidades de apoio, assessoria à economia solidária e das políticas públicas de fomento à economia solidária no Brasil. Os objetivos do SIES são os seguintes:

a) constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;

b) fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;

c) favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;

d) subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;

e) subsidiar a formulação de políticas públicas;

f) subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e

g) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária.

No SIES a **economia solidária** é definida enquanto “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”. Os empreendimentos econômicos solidários (EES) possuem uma definição operacional compreendendo organizações com as seguintes características: “a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e, e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário”(MTE/SENAES, 2006, p.13).

No SIES estão cadastrados 21.857 empreendimentos econômicos solidários que desenvolvem, sob forma coletiva, as mais variadas atividades econômicas (com predomínio

das atividades agropecuárias) em associações (51,8%), grupos informais (36,5%), cooperativas (9,7%), ou outras formas (1,5%).

Número de empreendimentos segundo forma de organização, por UF e Região							
Região	UF's	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil	Outra	Total
Norte	Rondônia	38	222	31	2	0	293
	Acre	122	360	40	20	1	543
	Amazonas	179	214	43	17	8	461
	Roraima	44	65	14	1	2	126
	Pará	124	331	73	22	24	574
	Amapá	81	46	26	2	2	157
	Tocantins	93	378	26	4	1	502
	Total	681	1.616	253	68	38	2.656
Nordeste	Maranhão	91	644	48	8	2	793
	Piauí	651	766	41	12	2	1.472
	Ceará	408	1.374	59	6	7	1.854
	Rio Grande do N	111	612	78	10	6	817
	Paraíba	209	387	52	12	10	670
	Pernambuco	488	936	87	7	8	1.526
	Alagoas	138	127	14	1	4	284
	Sergipe	226	176	64	1	4	471
	Bahia	318	1.131	143	13	6	1.611
	Total	2.640	6.153	586	70	49	9.498
Sudeste	Minas Gerais	664	461	83	23	5	1.236
	Espírito Santo	101	354	60	3	2	520
	Rio de Janeiro	986	217	111	15	14	1.343
	São Paulo	514	112	175	10	2	813
	Total	2.265	1.144	429	51	23	3.912
Sul	Paraná	482	235	86	4	1	808
	Santa Catarina	143	326	200	20	0	689
	Rio Grande Sul	1.024	597	382	62	19	2.084
	Total	1.649	1.158	668	86	20	3.581
Centro-Oeste	Mato Grosso Sul	228	96	8	6	2	340
	Mato Grosso	194	492	53	7	1	747
	Goiás	99	547	84	5	2	737
	Distrito Federal	222	120	33	9	2	386
	Total	743	1.255	178	27	7	2.210
Brasil		7.978	11.326	2.114	302	137	21.857

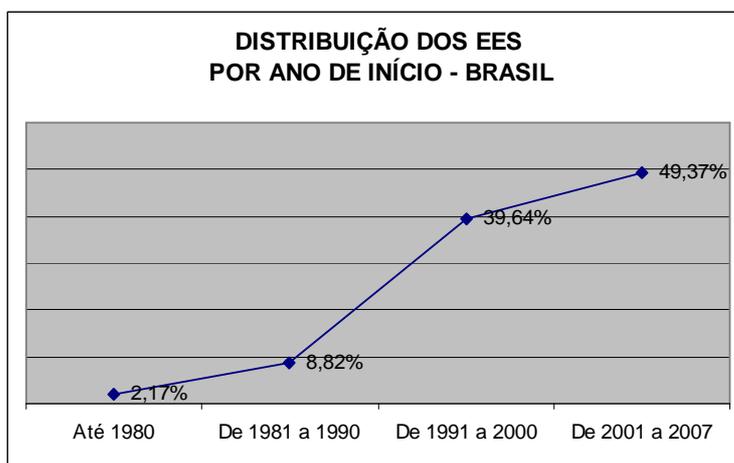
Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

As principais motivações declaradas para a criação dos empreendimentos estão relacionadas à condição do mercado de trabalho (desemprego e remuneração), as potencialidades emancipatórias da ação econômica (vida associativa e participação na gestão) e a condição de cidadania (acesso a serviços públicos, em particular, ao crédito).

Principais motivos para criação dos EES	%
1 - Alternativa ao desemprego	46%
2 - Complemento de renda	44%
3 - Melhores ganhos com ação associativa	36%
4 - Possibilidade de gestão coletiva	27%
5 - Condição para acesso a crédito	25%

Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

Os dados do SIES demonstram que a economia solidária é uma estratégia recente dos trabalhadores e setores populares para enfrentar a crise da acumulação capitalista. Noventa por cento da totalidade dos empreendimentos informaram que o início de suas atividades ocorreu nas últimas duas décadas. Sendo que praticamente metade (49,37%) iniciaram suas atividades após 2001.



Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

Somente mantida a regularidade da captação de informações junto aos empreendimentos cadastrados no SIES será possível identificar o índice de mortalidade dos mesmos. É provável que a longevidade dos mesmos seja semelhante àquela apresentada pelas micro e pequenas empresas. Também será possível verificar a hipótese que relaciona a emergência da economia solidária com a crise de acumulação. Os atuais indicadores de retomada do emprego e melhora da remuneração dos assalariados poderá afetar a

economia solidária com o fechamento do seu ciclo de expansão. Por outro lado, há um evidente processo de aprendizagem e socializam dos trabalhadores pela autogestão (Tiriba, 2001). Isto significa que mesmo em condições que permitem ampliar o leque de alternativas para obter renda a experiência proporcionada pelo trabalho coletivo e autogestionário seja vista como uma opção mais adequada aos valores e princípios que norteiam suas trajetórias.

O Caso da Reciclagem. Espaços construídos pela solidariedade.

Do total de empreendimentos econômicos solidários identificados no SIES 386 (1,7%) desenvolvem atividades econômicas de coleta e reciclagem de materiais/sucatas metálicos ou não-metálicos. Participam na condição de sócios destes empreendimentos mais de 11.700 pessoas sendo que a maioria delas são mulheres (58,6%). Embora proporcionalmente o caso da reciclagem organizado de forma solidária não seja tão expressivo comparado as demais atividades constantes do SIES ele é relevante por dois motivos: a) sua organização em associações e cooperativas é um fenômeno mais recente do que as demais atividades econômicas predominantes na economia solidária e, b) o Plano Nacional de Saneamento Básico alterou a legislação das licitações e contratos governamentais (Lei 8.666/93) dando prioridade aos serviços de coleta, separação e reciclagem do lixo realizados por catadores organizados em associações e cooperativas. Assim sendo, é provável que ocorra a criação de novos empreendimentos seja ainda mais expressiva do que a que tem ocorrido até o momento.

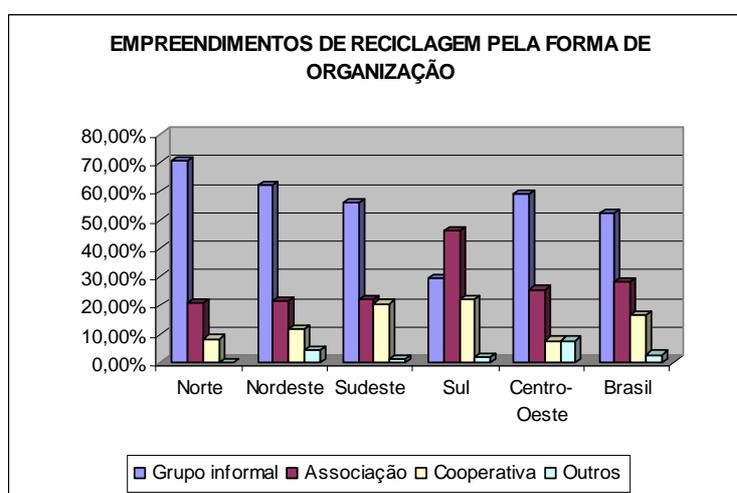
A partir dos dados do SIES (única base nacional de dados sobre esta realidade) é possível apresentar algumas características destes empreendimentos e avaliar a sua potencialidade para apropriação da cadeia produtiva da reciclagem.

As atividade relativas a cadeia produtiva da reciclagem de materiais/sucatas metálicos e não metálicos compreende: coleta, separação, classificação, compactação, processamento para aproveitamento como matéria-prima pela indústria ou aproveitamento artesanal do material para produzir produtos finais e comercialização. Os principais produtos/itens de valor comercial são o papel/papelão, plástico e metais/alumínio. No entanto, mai de um quanto dos empreendimentos realiza o aproveitamento artesanal do material transformando sucata em objetos para comercialização direta (pequenos produtores de mercadorias).

Comparativamente aos dados gerais relativos dos empreendimentos econômicos solidários existentes aqueles que têm sua atividade econômica na coleta e reciclagem possuem uma trajetória ainda mais recente. Segundo os dados do SIES 93,2% foram

criados nos últimos 12 anos, sendo que destes, 77,4 % foram criados na presente década (entre 2000 e 2007).

Quanto a sua forma de organização predomina a informalidade (mais de 52% são grupos informais), seguida da associação (28,4%) e organização cooperativa (16,8%). A distribuição regional dos empreendimentos de acordo com a sua forma de organização evidencia desigualdades regionais significativas. Enquanto nas regiões norte, nordeste e centro-oeste possuem os maiores percentuais de grupos informais (70,83%, 61,96% e 58,97% respectivamente) nas regiões sul e sudeste apresentam os maiores percentuais de organizações cooperativas (22,11% e 20,59%, respectivamente).



Fonte: Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.

Os motivos predominantes para a criação dos empreendimentos econômicos que atuam com coleta e reciclagem são: alternativa ao desemprego (35%), complemento de renda (19,49%), obtenção de maiores ganhos com a ação associativa (14,08%) e desenvolver atividades onde todos são donos (12,27%).

A remuneração dos sócios ocorre principalmente por produto ou por horas trabalhadas (62,14% e 12%, respectivamente) e o valor médio de remuneração é de até um salário mínimo em 85% dos empreendimentos.

Os dados indicam que a economia solidária de fato reproduz as desigualdades mais estruturais e regionais do ambiente social no qual está inserida. No entanto, o protagonismo coletivo dos catadores associado às políticas públicas de saneamento básico tem melhorado a perspectiva organizativa da coleta e reciclagem de material. Uma das estratégias para isto é a promoção de maior controle sobre a cadeia produtiva da reciclagem.

Esta também é uma situação ainda insipiente. Pelo menos os dados do SIES apontam fragilidades da realidade atual dos empreendimentos econômicos solidários.

Quanto à configuração de redes e cadeias produtivas solidárias é possível identificar duas situações. A produção artesanal permite a apropriação pelos empreendimentos de mais atividades com a produção de bens acabados (artesanato) que são vendidos diretamente aos consumidores em feiras locais ou municipais. No entanto, tal apropriação da cadeia não resulta em agregação de valor dos produtos. Este tipo de produção predomina nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Por sua vez, a inserção na cadeia produtiva industrial de aproveitamento do material reciclado é mais expressiva nas regiões sul e sudeste. Neste caso os empreendimentos se apropriam de parte das atividades da cadeia produtiva e comercializam seus produtos com revendedores (atravessadores) ou atacadistas. Aqui a situação de subordinação é impecilho para maior apropriação da agregação de valor realizada no interior da cadeia produtiva devido a falta de controle mais extensivo da mesma pelos empreendimentos econômicos solidários.

Esta situação tem se alterado em algumas situações emblemáticas nas quais o apoio do poder público possibilita a construção de galpões, centros de reciclagem, equipamentos para processamento e transporte de material. O protagonismo coletivo dos catadores e uma política ativa de saneamento básico que inclui a coleta seletiva, a organização de empreendimentos econômicos solidários de catadores, a construção de equipamentos públicos para triagem e reciclagem permitem uma reconfiguração da atividade de reciclagem. Somente desta forma será possível potencializar as iniciativas existentes por meio de sua inserção mais autônoma e controle mais amplo da cadeia produtiva da reciclagem.

Bibliografia.

- Benevides, Maria Vitória, (1994). Democracia e Cidadania, Revista Pólis, São Paulo, Pólis, n. 14, 1994.
- França Filho, G. C de & Laville, J-L.(2004). Economia Solidária. Uma Abordagem Internacional, Porto Alegre, UFRGS Editora.
- Gaiger, Luiz Ignácio (2003). Empreendimentos Econômicos Solidários. In.: CATTANI, Antônio David (org.) A Outra Economia, Porto Alegre: Veraz Editores, pp. 116-125
- Lipietz, Alain (1988). O Capital e seu Espaço, São Paulo, Nobel.
- Mance, Euclides André (2003). Cadeias Produtivas Solidárias. In.: CATTANI, Antônio David (org.) A Outra Economia, Porto Alegre: Veraz Editores, pp. 26-28
- MTE/SENAES (2006) Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília, MTE/SENAES.
- Nunes, Edson, (1989). Carências Urbanas, Reivindicações Sociais e Valores Democráticos. Lua Nova. Revista de Cultura e Política, São Paulo, Cedec, n° 17, pp.67-93.
- Parreiras, Luiz Eduardo, (2007). Negócios Solidários em Cadeias Produtivas. Protagonismo Coletivo e Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: IPEA/ANPEC, Fundação Banco do Brasil.
- SENAES/MTE (2008) Políticas Públicas em Economia Solidária. Reflexões da Rede de Gestories. Recife, Editora Universitária UFPE.

- Singer, Paul, (2002). Introdução à Economia Solidária, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.
- Singer, Paul, (2003). Economia Solidária. In.: CATTANI, Antônio David (org.) A Outra Economia, Porto Alegre: Veraz Editores, pp. 116-125
- Tiriba, Lia (2001) Economia Popular e Cultura do Trabalho. Pedagogia da Produção Associada. Ijuí, Editora Unijuí.

^(*)Doutor em Sociologia Política pela Universidade de Brasília, Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (2003/07), professor da Universidade Regional de Blumenau (Mestrado em Desenvolvimento Regional).

^(**) Graduando em Economia na Universidade Regional de Blumenau

¹ Outros exemplos desta situação podem ser vistos no caso da luta pela reforma agrária com a criação da Concrab (Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária), na luta sindical com a criação da Anteag (Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão) e da Unisol (União e Solidariedade), a luta dos agricultores familiares com a criação da Cresol (Sistema de Crédito Solidário) e Unicafes (União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária).

² A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, formada por gestores e gestoras municipais e estaduais do país foi criada em agosto de 2003. Congrega cerca de uma centena de gestores públicos responsáveis pela implementação de políticas de apoio à economia solidária. Sobre as políticas públicas em economia solidária ver publicação da Rede de Gestores (Secretaria Nacional de Economia Solidária/MTE, 2008).

³ “Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. (...) Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho cultural e educativo, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (Gaiger, 2003, p. 135).

⁴ As informações sobre o SIES estão referenciadas no “Atlas da Economia Solidária no Brasil, publicado pelo Ministério do trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2006 (MTE/SENAES, 2006). Uma versão eletrônica atualizada o Atlas pode ser encontrada na página www.sies.mte.gov.br. As informações do SIES foram obtidas por meio de um levantamento nacional que alcançou até o ano de 2007 cinquenta e dois por cento dos municípios brasileiros o que corresponde a 2.934 municípios. Novo levantamento nacional para revisita aos empreendimentos já inclusos no SIES e novas inclusões está previsto para o ano de 2009.